



LEI Nº1507/2001

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE RIO CASCA A CELEBRAR CONVÊNIO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Casca faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo do Município de Rio Casca, autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, convênios para a transferência de recursos, até o montante de R\$ 331.500,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos reais), destinadas ao financiamento dos estudos, projetos, implantação de obras e ações complementares no âmbito do Programa de Investimentos do Estado de Minas Gerais, com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD.

Parágrafo único - O Executivo Municipal deverá proceder ao envio de cópia ao Legislativo Municipal do Convênio, e respectivo plano de trabalho, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, autorizados por esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua assinatura.

Art. 2º - Fica o Município autorizado a:

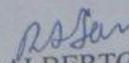
- a) aceitar o foro de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos convênios;
- b) participar e assinar convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente lei;
- c) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do Programa de Investimentos do Estado de Minas Gerais aplicáveis à época da assinatura dos convênios, especialmente, quanto ao reembolso dos recursos utilizados, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) ao ano, na hipótese de não cumprimento das obrigações pactuadas;
- d) abrir conta bancária vinculada ao convênio, na Caixa Econômica Federal, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do convênio.

Art. 3º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias à execução do convênio.

Art. 4º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais ou suplementares, se necessário, destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes das operações ora autorizadas e que se vençam neste exercício, e, ainda, abrir crédito especial no valor total em caso de inexistência de dotações orçamentárias próprias, para assegurar a realização do programa autorizado nesta lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Casca, 17 de setembro de 2001.


RAIMUNDO ALBERTO GOMES
PREFEITO MUNICIPAL